

O REINO DE DEUS ENTRE A CABEÇA E A COROA: PERFIS FEMININOS E MASCULINOS NA IGREJA UNIVERSAL

Adriana Martins dos Santos
Mestre em História Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: Martins.reli@hotmail.com

Palavras-chave: Pentecostalismo. Neopentecostalismo. Igreja Universal do Reino de Deus. Política Baiana.

Quando se analisa o corpo sacerdotal da Igreja Universal do Reino Deus observa-se que em relação às posições de poder as mulheres perderam muito quando comparadas aos homens. O maior posto de prestígio ocupado pela maioria das mulheres iurdianas é o de obreira, uma espécie de ajudante do culto, que auxilia o pastor e seus assistentes na realização da cerimônia. No entanto, quando se examina o início da Igreja Universal, no final da década de 1970, tempo em que ainda não havia sido estipulado o bispado, nota-se que no grupo existiam pastoras, o maior cargo a ser exercido, estando, portanto, as mulheres neste momento em posição de aparente igualdade com os homens. Posteriormente as mulheres foram paulatinamente excluídas das funções sacerdotais. Quais as explicações para essa exclusão? Hoje ainda existem algumas pastoras, possivelmente egressas deste grupo inicial,¹ todavia, nenhuma ocupa quaisquer funções no Conselho de Bispos, maior instância de poder dentro da IURD.² Em quais condições foi construído esse processo de subordinação da mulher ao homem e sua impossibilidade de exercer plenamente o sacerdócio?

A presença feminina no pastorado nestes trinta anos, mesmo na década de 1980, que corresponde ao período de efetiva ordenação de pastoras, esteve marcada por uma lógica de identificação de gênero, que criou uma delimitação de papéis a serem ocupados por homens e mulheres, em termos desfavoráveis para estas últimas. O discurso que coloca a mulher cristã como obediente ao marido foi reproduzido em praticamente todas as publicações iurdianas e repetido nos templos. Ele sempre esteve presente no Cristianismo, tanto católico quanto protestante, e ao longo da História legitimou situações de subalternidade da mulher na sociedade, como por exemplo, a impossibilidade de exercer liderança sacerdotal em muitos

¹ Não foi possível saber se todas as pastoras que existem hoje são ou não remanescentes desse período inicial de consagração.

² Daqui em diante utilizaremos IURD para Igreja Universal do Reino de Deus.

grupos. Esteve fundamentado em textos bíblicos, em especial Efésios (5:22–31), e Coríntios (Livro 1, 7).

As mulheres sejam submissas aos seus maridos, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido (EFÉSIOS 5:22-24).

Este foi um dos trechos mais citados pelos autores iurdianos, e que de certa forma sintetiza a versão oficial do papel da mulher adotada pelo grupo. Soma-se a isso o fato de ter sido a mulher dentro da tradicional história cristã a responsabilizada por ter levado Adão a comer do fruto proibido, condenando o homem a deixar o paraíso e viver do produto de seu trabalho.

A Eva pecadora levando o homem ao mau caminho em contraste com a “mulher de Deus” foi uma imagem muito recorrente nas publicações da IURD. “O maior problema da mulher que não tem temor a Deus não é o gênio ruim ou o mau temperamento; o maior mesmo é quando se torna instrumento de Satanás” (MACEDO, 2001b, p. 22). Não por acaso, provavelmente, um dos trechos mais citados pelos iurdianos evidenciou esta oposição: “A mulher sábia edifica sua casa, mas a insensata, com as próprias mãos a derruba” (PROVÉRBIOS 14:1). Pode-se ver uma sistematização de tais pensamentos em duas obras publicadas na década de 1990. *O Perfil do Homem de Deus* foi distribuído pela Gráfica Universal em 1994 e nela se encontram orientações feitas pelo bispo Edir Macedo para aqueles homens que desejam ter o comportamento de um “escolhido por Deus”. Apesar dos conselhos se dirigirem aos representantes do sexo masculino, existia uma série de considerações acerca dos procedimentos femininos mais adequados.³ Em 1997 (1996?)⁴ o líder máximo da IURD lançou *O Perfil da Mulher de Deus* onde se dirigiu mais diretamente às mulheres para, a seu ver, cumprir o papel de capacitá-las a seguirem adequadamente o caminho necessário para que fosse uma “co-responsável” pelo sucesso do parceiro.⁵

Na Igreja Universal do Reino Deus existiu uma forte hierarquia interna que não esteve presente de forma tão rígida na maioria dos grupos evangélicos que a antecederam. Apesar de combater a Igreja Católica, a IURD se orgulhava de ter esta característica também presente na

³ Novamente se percebe como a questão de gênero é sempre relacional. Aos comportamentos masculinos corresponderam determinados comportamentos femininos.

⁴ Apesar dos direitos autorais serem de 1997, existe referências desta obra, anteriores a este período.

⁵ Mais recentemente os livros foram reunidos numa coleção que visaria colaborar para a formação de um “verdadeiro cristão”. Completaram a obra *O perfil da família de Deus* e *O Perfil do jovem de Deus*.

sua concorrente. Caberia ao membro (homem ou mulher) obedecer às determinações do grupo religioso. Todavia, as mulheres acabavam enfrentando uma dupla sujeição: a que foi aplicada a todos independente de condição de gênero, e a que lhes foi imposta, por esta situação. Entretanto, apesar da estruturação do poder presente na Igreja Universal provavelmente ter contribuído para o acirramento das relações desiguais entre homens e mulheres, existia um limite para isso, uma vez que os próprios batistas, presentes há bastante tempo no campo religioso brasileiro e baiano, terem sido um grupo mais “democrático”, apresentaram também representações sobre papéis femininos e masculinos bastante semelhantes aos partilhados pela IURD.⁶

O Neopentecostalismo inaugurado pela IURD significou um sopro de liberalismo, que afetou o comportamento posterior de grupos que a antecederam no campo religioso brasileiro. Rompeu com o estereótipo traçado para os evangélicos no Brasil, visto como um grupo profundamente marcado pelo ascetismo contracultural. Esta nova visão do “crente” mais aberta à sociedade foi reproduzida pela Igreja Universal do Reino Deus nas suas publicações, sobretudo, com citações de passagens da Bíblia, nas “orientações” dadas pelos bispos iurdianos para os que tiveram dúvidas sobre esta questão, reproduzindo inclusive um argumento que já tinha sido usado anteriormente por Edir Macedo, ao traçar o seu perfil da mulher de Deus. “Não há absolutamente nada de errado quando a mulher se maquia, arruma o cabelo com adereços, corta, pinta, enfim, faz tudo o que acredita ser o melhor para ter uma aparência bonita” (MACEDO, 2001b, p. 37). O casamento ganharia com este comportamento, uma vez que tendo uma pessoa bem cuidada em casa não haveria motivos para o cônjuge procurar outra na rua. Observe-se uma orientação a uma aspirante à obreira:

Acessórios

Tenho 16 anos e sou batizada no Espírito Santo e candidata à obreira. Já me libertei de tudo, mas não consigo deixar de usar brincos, cordão, pulseira e maquiagem. Gostaria de saber se esta atitude atrapalha o meu lado espiritual! Oriente-me.

Julia Silva por e-mail

R: não entendi! Pedro, dirigido pelo Espírito Santo, diz que mais importante que os adereços exteriores é o que está dentro de nós. Aliás, de que adianta não usar nenhum adereço exterior se o interior está podre? E ele não diz que é proibido usar! Julgando que o que está no interior é o Espírito Santo, o mais importante é que você já se libertou. Nada contra! (FOLHA UNIVERSAL, 09 abr. 2006, p. 6).

⁶ As mulheres têm direito ao voto desde 1916. No regime congregacional a Assembléia era considerada soberana (DAEB’S, 2006, p. 14).

O interessante desta resposta dada pelo bispo Jerônimo Alves foi que o mesmo argumento usado por outros grupos para proibir o uso de tais enfeites, na Igreja Universal serviu para autorizar o seu emprego. “Mais importante que os adereços exteriores é o que está dentro de nós”. Os usos e abusos da apropriação das passagens bíblicas lembraram as palavras de Chartier:

A apropriação tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, que as categorias mais aparentemente invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1988, p. 26).

Embora o discurso que afirmou que o homem era o “cabeça da família” tivesse uma grande divulgação dentro do universo evangélico, a releitura dos membros não foi apenas a pretendida pelos líderes e o universo político apareceu como um universo propício para a observação destas apropriações. As mulheres iurdianas acabaram criando táticas que garantiram a criação de espaços de poder e a esfera política apareceu como um desses mecanismos de afirmação.

A coroa governa o mundo: a atuação das mulheres de Cristo no Reino da Política

É muito difícil pensar a presença de Zelinda Novaes na política sem levar em conta que esta não era uma “mulher comum” em seu tempo. Isto pela sua formação educacional e atuação profissional. Quando foi acolhida pela Igreja Universal do Reino Deus, Novaes já possuía uma carreira profissional pública que lhe colocava acima da média educacional da maioria das lideranças iurdianas. Como pensar então o papel que Zelinda Novaes desempenhou levando em consideração esta sua condição?

A atuação de Zelinda Novaes na Assembléia Legislativa foi pautada pela defesa dos interesses iurdianos e de grupos afins. Entretanto, também se identificou no material pesquisado a presença da deputada em questões ligadas aos interesses da mulher. O que se observou é que estes interesses cresceram à medida que Novaes assumiu novos mandados no Legislativo baiano.

Em sua atividade legislativa dois projetos apresentados por Zelinda Novaes no período de 1991 a 2002 visaram garantir direitos da mulher no mercado de trabalho. O primeiro foi o Projeto de Lei 9.478/91 de 14/05/91 que determinava que os maridos das seguradas tivessem também o direito de receber benefícios de contribuição previdenciária da servidora. Outro, apresentado sete anos após esta, o Projeto de Lei 11.474/98 de 19/05/98, foi uma tentativa de garantir melhorias para as mulheres trabalhadoras, e teve como objetivo dispor sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios contra a mulher praticados por pessoa jurídica estabelecidas no Estado da Bahia, estabelecendo mecanismos internos como a punição para empregadores que viessem a se aproveitar de sua condição para assediar suas funcionárias, por exemplo.

Indicações também foram realizadas neste sentido como o Projeto de Lei 7.231/91 de 28/11/91 que solicitava ao governador do Estado que resolvesse os problemas das contribuintes do IAPSEB que estavam encontrando dificuldades para conseguir a pensão e emitir o cartão de seus maridos. A indicação do Projeto de Lei 10.267/97 de 04/11/97 pedia ao governador que o atendimento fosse realizado nos postos de saúde aos sábados, domingos e feriados, na capital e no interior. A justificativa apresentada por Zelinda Novaes argumentava que muitas mulheres trabalhavam 44 horas e durante a semana não teriam tempo de levar seus filhos ao médico, necessitando, portanto, dos fins de semana para a realização de tal atividade.

As mulheres excluídas pela sociedade também foram fruto da preocupação da deputada iurdiana que através do Projeto de Lei 11.299/97 de 20/10/97 pediu a criação de uma Creche na Penitenciária Feminina. A indicação do Projeto de Lei 8.626/95 de 08/03/95 também sugeriu ao governador do Estado a instalação da Casa de Convivência na área do centro histórico da cidade de Salvador para auxiliar as mulheres marginalizadas que atuavam entre outras coisas, como prostitutas nestes bairros. Palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, encaminhamentos a hospitais e tratamentos, hábitos de higiene e fornecimento de remédios seriam algumas das ações que deveriam ser realizadas neste local como uma forma de tornar mais dignas suas condições de vida. Com este objetivo também foi mandada para o executivo estadual a indicação do Projeto de Lei 10.452/98 de 27/04/98 solicitando a realização de uma campanha educativa objetivando prevenir o câncer de mama entre as mulheres de baixa renda.

Embora não seja objetivo principal analisar o desempenho de Novaes como deputada federal foi interessante observar alguns de seus projetos na Câmara Federal, onde atuou de 2003 a 2006. Foram identificados 10 projetos de lei de sua autoria. Destes, destacou-se o

Projeto de Lei 3.122 de 2004 que dispunha sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador. Dentre outras coisas considerava como ato discriminatório a inobservância de isonomia salarial em razão do sexo, um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho.⁷

Em caráter nacional porque o projeto anteriormente comentado, o Projeto de Lei 11.474/98 de 19/05/98 determinava estas modificações no estado da Bahia. Os discursos proferidos por Zelinda Novaes na Câmara dos Deputados deixaram perceber a opinião da então deputada federal sobre o papel feminino na sociedade e na política.⁸

Foi de especial interesse para Zelinda Novaes o papel exercido pelas donas-de-casa que muitas vezes eram consideradas como um “peso” para a família e a sociedade, mas que em sua opinião tinham um importante papel econômico. Um projeto lançado por Zelinda Novaes no seu último mandato no Legislativo baiano também veio ao encontro de uma maior valorização deste grupo. O Projeto de Lei 11.691/99 de 14/05/1999 propôs a comemoração do dia estadual da dona de casa.

Na Assembléia Legislativa, Zelinda Novaes participou ainda de duas comissões relacionadas às questões femininas, sendo vice-presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (1995-1998) e titular da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (2001-2002). Provavelmente, por esta atuação tenha recebido a Medalha Antonia de Barros, prêmio concedido pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 2001, para pessoas e instituições que se destacaram na defesa dos direitos da mulher.⁹

Ao contrário de Zelinda Novaes, a vereadora Eron Vasconcelos teve sua entrada na vida pública marcada nitidamente pela influência da Igreja Universal do Reino Deus. Sua carreira profissional estava vinculada ao grupo. Sua condição educacional também foi bastante diferente. Com formação de nível médio, em um curso técnico de administração, exerceu as funções de líder do Grupo de Jovens da IURD e esteve sempre ligada às suas obras sociais. Por estes antecedentes de trabalho social certamente foi escolhida para representar a Igreja Universal do Reino Deus na Câmara Municipal no pleito de 2000, em Salvador. Estas informações contrastam, de certa maneira, com os cursos de Economia, Direito e Administração de Zelinda Novaes e sua especialização em Orçamento e Finanças Públicas. Entretanto, é interessante observar que mais uma vez o discurso “uniformizador” da Igreja Universal do Reino Deus esteve presente, pois apesar de tantas diferenças, na hora de

⁷ DIÁRIO da Câmara dos Deputados, 27 mar. 2004, p. 13.091.

⁸ DIÁRIO da Câmara dos Deputados, 13 mar. 2003, p. 6.314.

⁹ <http://www.al.ba.gov.br/biografia.cfm?varCodigo=103>.

defender os “interesses iurdianos” as duas “políticas de Cristo” falaram uma linguagem muito parecida.

Quando Eronildes Vasconcelos assumiu o mandato em 2001 deu entrada ao pedido de criação da Comissão de Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. Posteriormente ocupou a presidência da Comissão de Combate à Discriminação Contra a Mulher, desenvolvendo ações no sentido de ampliar o combate a atos discriminatórios contra a mulher na cidade de Salvador. O ano de 2001 foi marcado pela estruturação desta comissão o que talvez explique porque apenas em 2002 apareceram o resultados das discussões promovidas pelo grupo através de indicações.

Um dos projetos criados pela Comissão de Combate à discriminação da mulher teve como objetivo instituir a “Casa de Apoio da Mulher”. Esta tinha como meta dar condições de moradia a vítimas de violência doméstica, lhes garantido a integridade física e psicológica. As mesmas poderiam ir para a casa, acompanhadas ou não de seus filhos.¹⁰

Em 2002, Eronildes Vasconcelos dirigiu uma indicação do Projeto de Lei 91/01 ao então prefeito Antônio Imbassahy solicitando a criação de um programa de atendimento diferenciado na rede hospitalar do município para mulheres vítimas de todas as formas de violência. A sua justificativa foi novamente baseada em dados sobre a condição da mulher na sociedade soteropolitana.¹¹ Este conhecimento provavelmente foi resultado das inúmeras discussões realizadas pela Comissão Especial de Combate à Discriminação Contra a Mulher que, ao longo de 2002 promoveu vários encontros com estudiosos do tema e militantes da causa feminina.¹²

Candidatas à Assembléia Legislativa e à Câmara de Deputados e representantes de várias entidades de defesa dos direitos da mulher participaram, juntamente com as vereadoras Eronildes Vasconcelos, a Tia Eron (PFL), e Valquíria Barbora (PT do B), da reunião promovida pela Comissão Especial de Combate à Discriminação Contra a Mulher, dia 27, no auditório da Câmara Municipal de Salvador. (...)

As candidatas estaduais Olívia Santana, Lídice da Mata e Moema Gamacho, e federal Alice Portugal foram as principais debatedoras. O bispo da Igreja Universal do Reino Deus (IURD) Márcio Marinho também esteve presente ao debate. Ele é candidato à Câmara de Deputados. Ao final, Tia Eron, presidente da comissão, afirmou que o evento demonstrou que as mulheres estão cada vez mais se capacitando para o debate e a prática política (DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO, 30 ago. 2002, p. 1).

¹⁰ DIÁRIO Oficial do Legislativo, 26 nov. 2001, p. 1.

¹¹ DIÁRIO Oficial do Legislativo, 27 mar. 2002, p. 4.

¹² DIÁRIO Oficial do Legislativo, 04 jun. 2002, 06 ago. 2002, 30 ago. 2002, 23 set. 2002.

Também em agosto de 2002, quando estavam em curso as discussões para aprovação do Orçamento Municipal para o ano seguinte, Eronildes Vasconcelos propôs uma emenda para garantir a utilização dos recursos de publicidade através dos meios de comunicação social na divulgação dos programas de planejamento familiar, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, campanhas de vacinação e de combate à violência contra a mulher.¹³ A comissão, presidida por Vasconcelos, sugeriu ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no mês seguinte a criação de um Juizado Especial para Crime de Violência de Gênero. A vereadora iurdiana observou que esta era uma demanda constante das organizações feministas.¹⁴ Aliás, o problema da violência contra a mulher foi um dos temas constantes da vereadora.

Quando perguntada sobre o papel feminino na sociedade, Eronildes Vasconcelos observou como o crescimento da presença feminina na política poderia ter conseqüências também para sua condição na sociedade:

A mulher vem se destacando em muitos cenários, mas, ainda é pouco diante de nosso potencial. Meu papel como parlamentar também é fomentar nessas mulheres seu potencial, estimulando-as à participar mais ativamente das decisões do município e alertá-las sempre no tocante a seus direitos, e ao não acatamento das incidências de violência.¹⁵

Assim como Zelinda Novaes, a vereadora iurdiana preocupou-se com o papel da dona-de-casa, ressaltando as atividades por elas desenvolvidas e que não eram valorizadas socialmente. O resgate da importância do trabalho doméstico implicou também na afirmação feminina na medida em que ao se negar o valor deste, se negava algo que durante boa parte da história brasileira foi desempenhado pelas mulheres. Embora o tema da previdência social para as donas de casa permanecesse como polêmico, a vereadora Eronildes Vasconcelos o enfrentou na sua atuação na Câmara Municipal: “percebemos que as donas de casa são, muitas vezes, chefes de família e têm jornada tripla de trabalho, sem qualquer reconhecimento”.¹⁶

Como explicar como em um grupo onde as mulheres seriam tão submissas o surgimento de Eronildes Vasconcelos e Zelinda Novaes? O princípio do sacerdócio universal define que cada cristão, homem ou mulher, é um sacerdote e tem livre e direto acesso à

¹³ DIÁRIO Oficial do Legislativo, 06 ago. 2002, p. 1.

¹⁴ DIÁRIO Oficial do Legislativo, 08 abr. 2002, p. 1; 03 set. 2002, p. 12.

¹⁵ Entrevista realizada pela autora em novembro de 2008.

¹⁶ A TARDE, disponível em: < <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=998821>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

presença de Deus, tendo como único mediador Jesus Cristo. As mulheres protestantes, portanto, de antemão e como condição necessária para o atendimento deste teriam uma maior autonomia em relação às católicas submetidas a autoridades eclesiásticas.

Entretanto, a suposta igualdade presente no Protestantismo não impediu que durante séculos a mulher continuasse a desempenhar um papel subordinado dentro dos diversos grupos religiosos. Assim haveria de se considerar também as exigências impostas pelo crescimento das reivindicações feministas na sociedade. Como observou Maria Machado ao analisar a atuação de candidatas evangélicas no Rio de Janeiro: “as necessidades do Pentecostalismo se adequar às tendências sociais seria um fator responsável pela transformação das mulheres em importantes atores sociais” (MACHADO, 2006, p. 54).

A título de conclusão

Como conciliar o incentivo da entrada da mulher na política com uma posição doutrinária marcada por uma lógica de submissão feminina ao “cabeça da casa”. Este foi sem dúvida um desafio enfrentado pela Igreja Universal do Reino Deus. Pode-se concluir, talvez, que presença das mulheres na política funcionou como uma “válvula de escape” para possíveis tensões advindas deste discurso ainda com tons conservadores em relação ao papel da mulher. Obviamente que outras existiram. Os discursos que as lideranças iurdianas fizeram circular não foram plenamente aceitos pelos fiéis. Outras formas de exercer o poder foram praticadas, uma vez que não se pode afirmar que no cotidiano dos templos as mulheres tenham permanecido à margem do exercício de poderes, mesmo que oficialmente não ocupassem posição alguma. A atuação de obreiras e mulheres de pastores, por exemplo, não pode ser ignorada ao pensar as relações de poder que se estabeleceram dentro do grupo religioso, como as batistas estudadas por Bianca Daeb’s que exerciam votos nas assembleias, mas, sobretudo, puderam em muitos momentos atuar como grupos de pressão, exercendo “poderes paralelos” aos dos pastores, que precisariam contar com seu apoio (DAEB’S, 2006, p. 67).

Permitir que as mulheres se tornassem “políticas de Cristo”, eis um caminho possivelmente trilhado para garantir que *carismas* femininos presentes na Igreja Universal do Reino Deus não significassem um problema para a hierarquia androcêntrica. O perfil de Eronildes Vasconcelos poderia ser apresentado como um exemplo de como um potencial de liderança feminino foi canalizado para a política. A ligação dela às instituições da IURD sugeriria que sua atividade como vereadora fosse pautada pela completa dependência ao

grupo e uma tímida atuação, mas a observação dos primeiros dois anos de seu mandato foi de encontro a esta expectativa. Mulheres como Eronildes Vasconcelos e Zelinda Novaes encontraram no espaço legislativo um ambiente para desenvolver sua liderança, espaço que provavelmente não conseguiriam dentro da estrutura eclesial da Igreja Universal. Ao mesmo tempo, o controle das lideranças masculinas continuou a existir de maneira indireta. Negociação para evitar o conflito, esta parece ter sido a lógica que marcou a atuação das “mulheres de Cristo” na política.

Fontes

CORÍNTIOS. In: BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Livro 1, capítulo 7.

EFÉSIOS. In: BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Capítulo 5, versículos 22-31.

MACEDO, Edir. *O Perfil do Homem de Deus*. Rio de Janeiro, Universal, 2001a.

_____. *O Perfil da Mulher de Deus*. Rio de Janeiro, Universal, 2001b.

PROVÉRBIOS. In: BÍBLIA sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Capítulo 14, versículo 1.

Referências

A TARDE ONLINE. Salvador: Jornal A Tarde, 2007-. Diário. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=998821>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

BAHIA. Projeto de lei n. 91, de 26 de novembro de 2001. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 1, 26 nov. 2001.

_____. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 4, 27 mar. 2002.

_____. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 1, 08 abr. 2002.

_____. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 1, 04 jun. 2002.

_____. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 1, 06 ago. 2002.

_____. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 1, 30 ago. 2002.

_____. *Diário Oficial do Legislativo*, Salvador, p. 1, 23 set. 2002.

BRASIL. Projeto de Lei n. 11474/98, de 13 de março de 2003. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, p. 06.314, 13 mar. 2003.

_____. Projeto de Lei n. 3.122, de 27 de março de 2004. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, p. 13.091, 27 mar. 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

DAEB'S, Bianca. *Uma história das mulheres batistas soteropolitanas 1930-1960*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

FIORENZA, Elisabeth S. *As origens cristãs a partir da Mulher: Uma nova hermenêutica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

FOLHA UNIVERSAL. Brasil, 09 abr. 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAFRA, Clara. Gênero e estilo eclesial entre evangélicos. In: FERNANDES, Rubem César et al. *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS corpo, 1990.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1991.